

ETNOATLAS GEOGRÁFICO PARTICIPATIVO: CARTOGRAFIA COMO RESISTÊNCIA E MEMÓRIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA COSTA VERDE (RJ)


**PARTICIPATORY GEOGRAPHIC ETHNOATLAS: CARTOGRAPHY AS
RESISTANCE AND MEMORY IN THE QUILOMBOLA COMMUNITIES OF
THE COSTA VERDE (RJ)**

Lucas Celestrini Merovil da Silva

 <https://orcid.org/0009-0006-0954-9560>


Correspondência: lucascelestrini@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Monika Richter

 <https://orcid.org/0000-0002-2129-4007>


Correspondência: Mrichter@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Marcos Vinicius de Souza Leu

 <https://orcid.org/0000-0001-6176-4934>

Correspondência: marcos_leu@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil.

Thainá Moreira de Souza

 <https://orcid.org/0009-0000-8426-1811>

Correspondência: thaina_moreira@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Cláudia Ramos da Silva Ferreira

 <https://orcid.org/0009-0000-5289-3689>

Correspondência: claudiaramos@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.97007

Recebido em: 22 fev. 2026 | **Aceito em:** 23 abr. 2026

RESUMO

Historicamente, a cartografia tem servido como instrumento de poder e controle territorial. No entanto, para as comunidades quilombolas, o mapa pode ser ressignificado como uma ferramenta de afirmação identitária e defesa de direitos. Este trabalho descreve a elaboração de um Etnoatlas Geográfico Participativo focado nas comunidades quilombolas da região da Costa Verde, localizadas no litoral sul fluminense. O objetivo central é integrar conhecimentos geográficos, históricos e culturais para divulgação e conhecimentos desses povos tradicionais, bem como para fortalecer a luta pela permanência no território e visando promover a autonomia na



gestão territorial dessas populações. Como percurso metodológico, a pesquisa-ação e a cartografia social foram essenciais para a construção desse material. A elaboração coletiva do Etnoatlas ampliou o diálogo entre universidade e comunidades e gerou um material didático e político que pode ser utilizado em espaços institucionais, assim como em ambientes escolares, pensando em uma educação antirracista e quilombola. Além disso, o processo estimulou o protagonismo local e contribuiu para dar visibilidade às demandas territoriais. Desta forma, percebe-se o Etnoatlas Geográfico Participativo como uma ferramenta estratégica de resistência e educação, pois transforma a cartografia em instrumento de justiça social, valorização cultural e fortalecimento da autonomia quilombola na gestão e defesa de seus territórios.

Palavras-chave: mapeamento participativo; comunidades tradicionais; Costa Verde; atlas.

ABSTRACT

Historically, cartography has served as an instrument of power and territorial control. However, for Quilombola communities, the map can be reinterpreted as a tool for identity affirmation and the defense of rights. This work describes the development of a Participatory Geographic Ethnoatlas focused on Quilombola communities in the Costa Verde region, located on the southern coast of Rio de Janeiro state. The central objective is to integrate geographical, historical, and cultural knowledge to disseminate information about these traditional peoples, as well as to strengthen the struggle for permanence in the territory and to promote autonomy in the territorial management of these populations. As a methodological approach, action research and social cartography were essential for the construction of this material. The collective development of the Ethnoatlas broadened the dialogue between the university and communities and generated didactic and political material that can be used in institutional spaces, as well as in school environments, with a view to anti-racist and Quilombola education. Furthermore, the process stimulated local protagonism and contributed to giving visibility to territorial demands. In this way, the Participatory Geographic Ethnoatlas is seen as a strategic tool for resistance and education, as it transforms cartography into an instrument of social justice, cultural appreciation, and strengthening the autonomy of quilombola communities in the management and defense of their territories.

Keywords: participatory mapping; traditional communities; Costa Verde; atlas.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a cartografia tem servido como instrumento de poder e controle territorial. No entanto, para as comunidades quilombolas, o mapa pode ser ressignificado como uma ferramenta de afirmação identitária e defesa de direitos. O mapeamento participativo ou etnocartografia se apresenta interessante nesse contexto como um meio de registrar práticas e representações socioespaciais autodeclaradas pela comunidade alvo da ação. Seus produtos são mapas situacionais que apontam e fazem refletir sobre aspectos particulares indicando situações de conflitos, organização interna, espaços

cotidianos e místicos, ou seja, refletem a complexidade cultural e ambiental. Seu processo de confecção revela aspectos nem sempre notados na observação simples do cotidiano, como a representatividade de aspectos significativos dentro da comunidade e mesmo a pluralidade de identidades. A Etnocartografia, portanto, pode ser entendida como fundamental a este processo, pois trata dos temas surgidos no grupo e da peculiaridade dos conhecimentos e contextos produzidos, tendo a possibilidade de gerar diversas temáticas. Se entendermos os mapas como discurso, como construção social e simbólica, devemos entender o valor igual, apesar de funções diferentes, das produções cartográficas sejam da sociedade civil ou da sociedade científica.

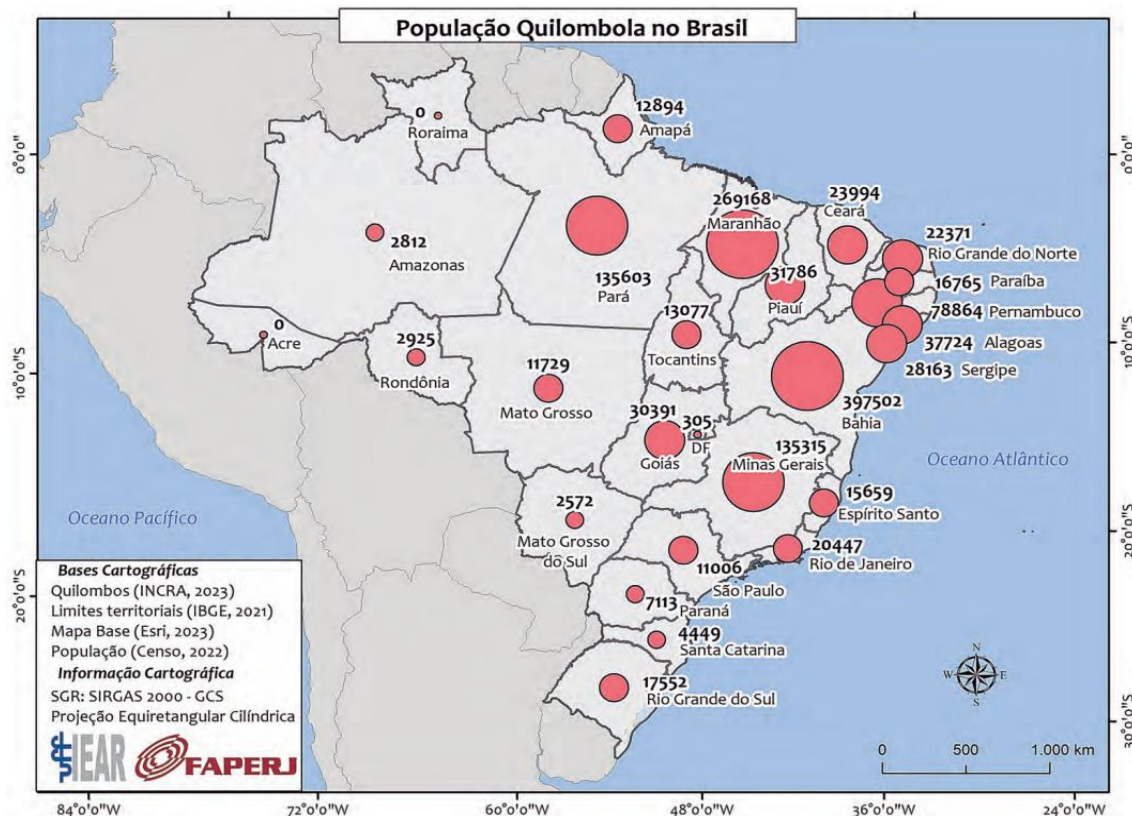
No contexto brasileiro, a cartografia deve considerar as especificidades das comunidades quilombolas, que configuram patrimônio territorial e cultural singular. Como observa Anjos (2006, pg 338), “é inconcebível realizarmos leituras do nosso território [...] sem contemplar a geografia dos quilombos”, já que estes expressam a recriação de territórios africanos no Brasil.

A própria definição de quilombo passou por ressignificações desde seu surgimento. De acordo com Moura (2014 *apud* Silva e Carneiro, 2016, pg 294 - 295), a concepção inicial, estabelecida pelo Conselho Ultramarino em 1740, definia quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Tal definição não contempla a complexidade e a diversidade da presença quilombola. Pelo contrário, reforçava uma imagem associada à desordem e à violência, apresentando os quilombolas apenas como fugitivos e subversivos. Essa perspectiva reducionista marcou o imaginário social, e seus efeitos ainda se fazem sentir na contemporaneidade.

Diante dessa visão limitada, movimentos sociais e pesquisadores passaram a liderar um processo de redefinição do conceito de quilombo, desconstruindo o enfoque exclusivo na fuga e na herança histórica. Essa nova compreensão incorporou dimensões culturais, sociais e políticas, reconhecendo as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias, com identidades complexas e lutas contínuas (Schmitt et al., 2003).

As comunidades quilombolas estão presentes ao longo do território brasileiro evidenciando sua importância histórica e territorial (Figura 1). Apenas os estados do Acre e Rondônia não possuem comunidades quilombolas, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1 - Comunidades quilombolas no Brasil



Fonte: IBGE, 2022.

A região nordeste do país, representa 68,19% do total, o que equivale a 905.415 quilombolas; a região sudeste, com 13,73% da população quilombola, totalizando 182.305 habitantes; a região norte com 12,51%, abrigando 166.069 habitantes quilombolas; já as regiões centro-oeste e sul apresentam menor expressividade populacional, com 3,39% (44.957 habitantes) e 2,19% (29.056 habitantes) respectivamente. Esses dados levantados pelo censo de 2022 do IBGE expõem a realidade quilombola no Brasil. Desta forma, o levantamento de informações sobre as comunidades é essencial para auxiliar na definição e implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A presente pesquisa se desenvolveu nos cinco Quilombos da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro: Santa Rita do Bracui (Angra dos Reis), Cabral e Campinho da Independência (Paraty), Santa Justina e Santa Izabel, e Marambaia (Mangaratiba). Esta região experimentou de maneira semelhante em seu território o boom da atividade turística na década de 1970/80 com a abertura da Rodovia Rio Santos e a intensificação das ações do capital imobiliário. Assim, a análise pretendida encaminhou-se em pelo menos duas direções. Uma da ordem da valorização dos conhecimentos tradicionais –

Etnoconhecimento dos moradores mesclados ao uso e ocupação da terra e sua percepção do meio – e outra que é a das problemáticas ambientais que se traduzem em demandas sociais do presente. Para tanto realizou-se a elaboração de um etnoatlas geográfico participativo digital mediante o uso de metodologias para apreensão e registro das práticas espaciais e conhecimentos das comunidades a fim de estabelecer bases para a análise e divulgação das dimensões espacial e ambiental das comunidades alvo.

2 METODOLOGIA E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Considerando o caráter particular da obra, que visa respeitar e representar o território a partir das cosmovisões de cada comunidade, foi fundamental para a construção do material, os princípios da pesquisa-ação, da cartografia social e do mapeamento participativo, tendo em vista que as comunidades não figuram apenas como objeto de estudo, mas como sujeitos ativos na produção do conhecimento, contribuindo com memórias, saberes e percepções espaciais. A cartografia social e o mapeamento participativo possibilitaram a incorporação de referências simbólicas, culturais e afetivas aos mapas e descrições territoriais, enquanto a pesquisa-ação orientou uma construção coletiva e dialógica do conteúdo. A proposta registrou, organizou e tornou visíveis suas trajetórias, características territoriais e dimensões culturais conforme são vividas e interpretadas por seus próprios sujeitos, contribuindo para a valorização da memória, da identidade e da territorialidade quilombola.

Em síntese, a construção do material envolveu, inicialmente, a sistematização de dados secundários, por meio de levantamento bibliográfico, documental e cartográfico junto à instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do estado do Rio de Janeiro, e Ministério Público Estadual, além de órgãos municipais e projetos de pesquisa desenvolvidos na região.

Na etapa seguinte, procedeu-se à modelagem de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com a criação de uma base georreferenciada integrando dados vetoriais, hidrografia, relevo, sistema viário, unidades de conservação, zoneamentos e cobertura vegetal e dados matriciais (raster), como imagens de satélite em diferentes resoluções espaciais. Foram ainda incorporados Modelos Digitais de Elevação

provenientes do IBGE (escala 1:25.000), e do projeto Topodata do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), permitindo a geração de produtos derivados.

Os produtos cartográficos temáticos resultantes foram convertidos para o formato *KML (Keyhole Markup Language)*, facilitando sua visualização e manipulação em plataformas gratuitas como *Google Earth e Google My Maps*. Essa estratégia possibilitou que as próprias comunidades inserissem pontos de interesse, fortalecendo o caráter participativo do processo

Paralelamente, desenvolveu-se a etapa de etnocartografia por meio de oficinas participativas, envolvendo diálogos diretos, rodas de conversa e atividades de mapeamento com os moradores (Figura 2). Nessas ocasiões, ferramentas digitais foram utilizadas como suporte para a identificação de referências territoriais, validação de informações e construção coletiva de representações espaciais, incluindo a consolidação das linhas do tempo comunitárias.

Por fim, o material foi organizado na forma de um Etnoatlas, cuja elaboração gráfica, design e sistematização dos conteúdos passaram por processo de validação junto às comunidades antes da impressão e divulgação, reforçando sempre o papel das comunidades na construção do material.

O projeto incluiu ainda apresentações na Escola Municipal Quilombola Áurea Pires da Gama, localizada no quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis, ampliando a dimensão pedagógica da iniciativa e promovendo a circulação do conhecimento produzido no próprio território.

Figura 2 - Reunião para validação da linha do tempo com integrantes do quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis/RJ



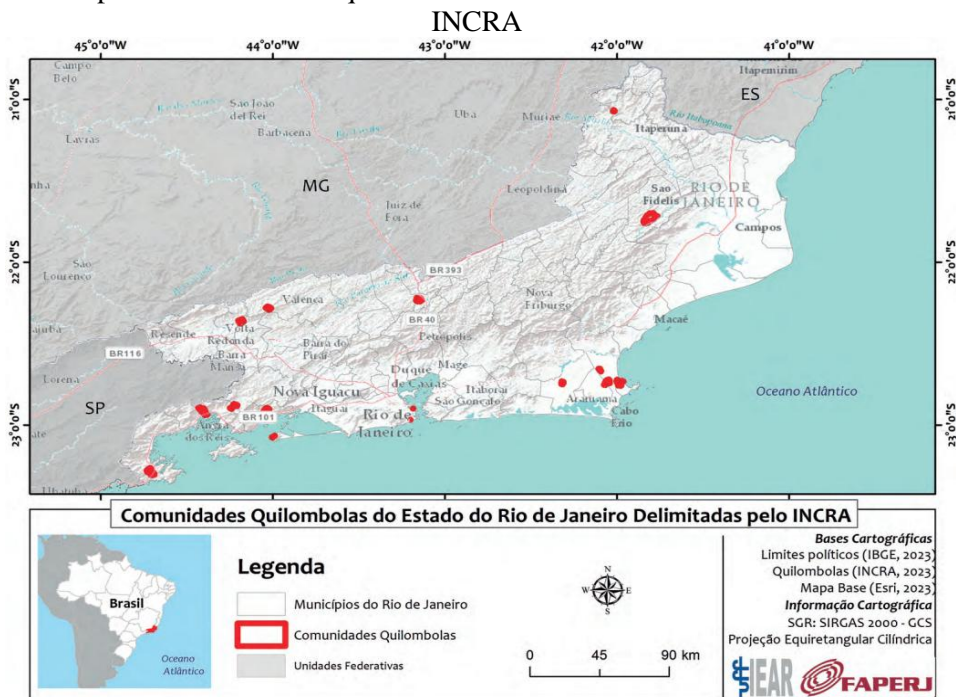
Fonte: Autores.

3 RESULTADOS

No estado do Rio de Janeiro são 44 (quarenta e quatro) comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, no entanto somente 21 (Figura 3) já tiveram seus territórios delimitados oficialmente. Dentre essas comunidades, apenas 3 são tituladas, sendo duas localizadas na região da Costa Verde: Ilha da Marambaia e Campinho da Independência. Vale salientar que existem outras comunidades quilombolas que ainda não foram delimitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, por isso, não constam na base geoespacial da instituição.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população quilombola no Estado que reside em territórios quilombolas é de 3.498 pessoas, com o Quilombo do Campinho da Independência, localizado em Paraty, apresentando a maior população quilombola do Estado.

Figura 3 - Mapa das comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro delimitadas pelo INCRA



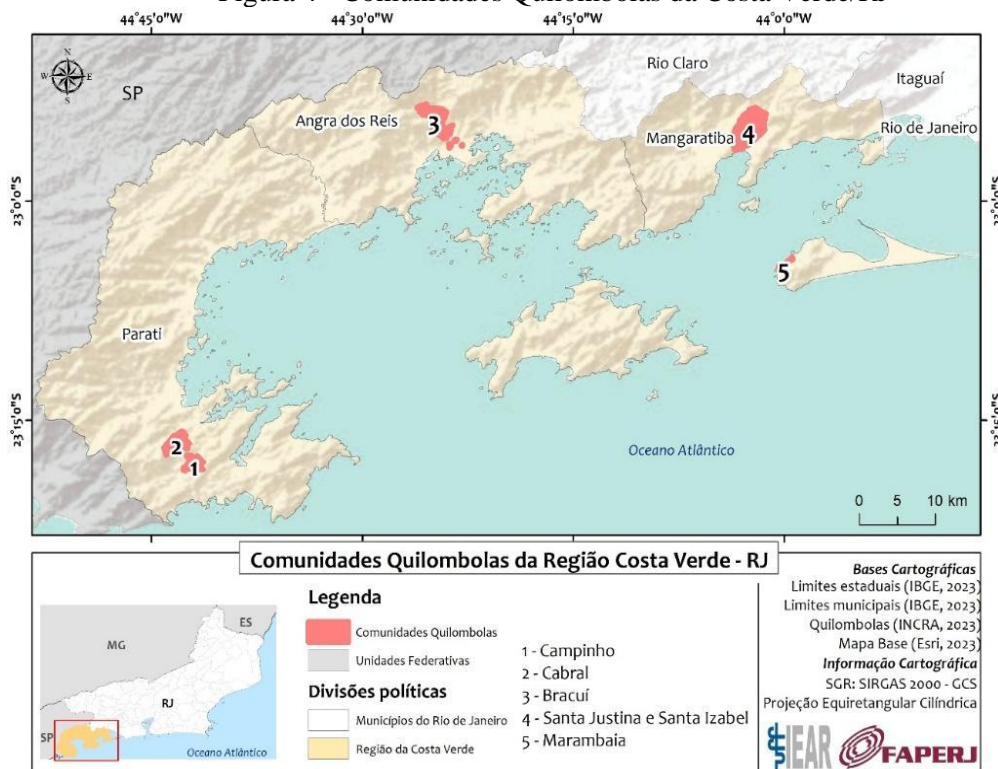
Fonte: IBGE, 2023.

Ainda segundo o censo do IBGE/2022, o número de pessoas quilombolas residindo nos Territórios Quilombolas da Costa Verde é de 1.312 pessoas, onde 550 residem no quilombo Campinho da Independência em Paraty, 333 no quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis, 250 no quilombo da Marambaia em Mangaratiba, 90

no quilombo do Cabral também em Paraty e 89 no quilombo Santa Justina e Santa Izabel em Mangaratiba.

Ao incorporar as narrativas, os saberes e as vivências das próprias comunidades, o Etnoatlas rompe com a lógica de produção cartográfica verticalizada e reafirma o protagonismo quilombola na definição e representação de seu espaço. Dessa forma, o material não apenas sistematiza informações, mas também contribui para o fortalecimento da autonomia na gestão territorial e para a consolidação de estratégias de resistência frente às pressões externas

Figura 4 - Comunidades Quilombolas da Costa Verde/RJ



Fonte: IBGE, 2023.

O Etnoatlas foi organizado em: Introdução, onde se discute o conceito de quilombo ao longo do tempo, isto é, descreve a construção histórica e política do termo, suas transformações e sua consolidação no campo jurídico, social e acadêmico, distanciando-se da perspectiva negativa e marginalizada produzida pelo conselho ultramarino no ano de 1740 até a sua ressignificação pela luta do movimento negro no Brasil. Na sequência, o material traz o recorte nacional sobre os Quilombos do Brasil, a partir dos dados do Censo do IBGE de 2022, após os Quilombos do Rio de Janeiro, e, por fim, os Quilombos da Costa Verde, recorte de análise central do livro, enfatizando os aspectos territoriais geográficos, históricos e socioambientais de cada um.

A partir desse panorama, o livro dedica capítulos específicos às cinco (5) comunidades. Inicialmente apresenta-se a linha do tempo das comunidades, evidenciando marcos históricos e processos de organização; a localização e inserção territorial; os elementos físico-naturais, como relevo, hidrografia e vegetação; o uso e cobertura da terra, incluindo práticas tradicionais de manejo; unidades de conservação e outros territórios tradicionais; a infraestrutura local; as casas quilombolas; e os locais de interesse comunitário, que expressam dimensões culturais e simbólicas.

3.1 Caracterização das Comunidades Quilombolas da Costa Verde

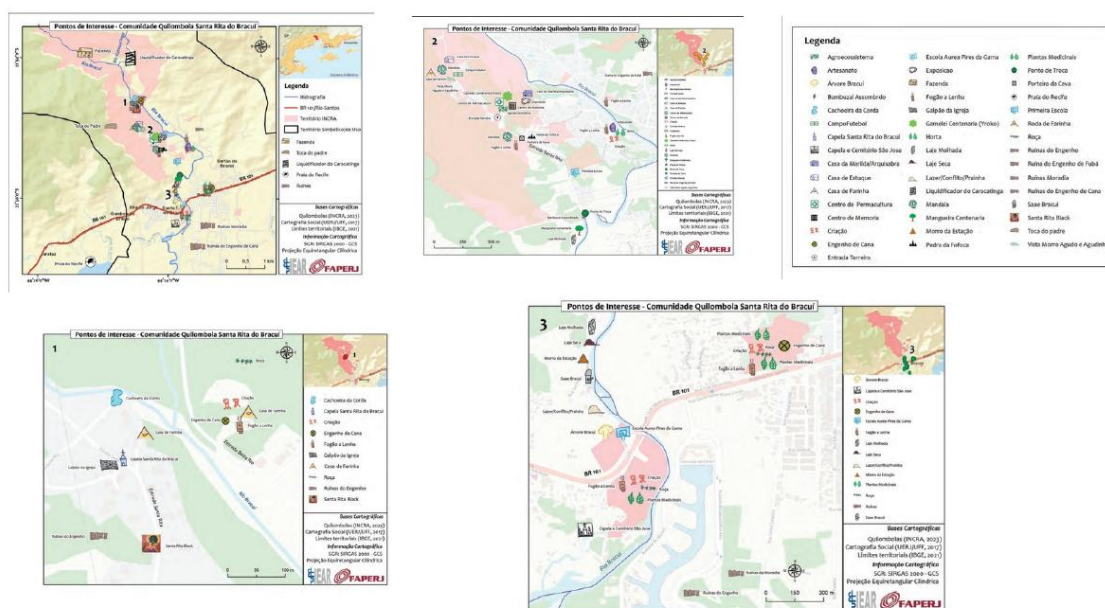
- **Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis)**

A comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, localizada no bairro do Bracuí, em Angra dos Reis, é reconhecida como uma das mais emblemáticas da região em razão de sua resistência histórica e da expressiva dimensão territorial. Originada nas terras da antiga Fazenda Santa Rita, a comunidade consolidou-se ao longo do tempo como um território de permanência e luta, marcado pela defesa da posse coletiva da terra e pela afirmação de sua identidade quilombola.

O território apresenta significativa preservação ambiental, com cerca de 77% de cobertura florestal, composta por remanescentes de Mata Atlântica que desempenham papel fundamental na manutenção dos recursos hídricos e na biodiversidade local. Ao longo de sua história, a comunidade enfrentou pressões decorrentes da especulação imobiliária e dos impactos provocados por grandes obras de infraestrutura, como a construção da Rodovia Rio-Santos, que alterou dinâmicas territoriais e intensificou disputas fundiárias.

No aspecto cultural (Figura 5), a comunidade de Santa Rita do Bracuí mantém viva a tradição do Jongo, expressão afro-brasileira que articula música, dança e ancestralidade. A culinária local também constitui importante marcador identitário, com destaque para o uso da polpa da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) e da palmeira pupunha no preparo de pratos quilombolas. Soma-se a isso uma forte tradição oral, na qual histórias, memórias e lendas passam entre as gerações, reforçando o sentimento de pertencimento e a construção coletiva da identidade comunitária.

Figura 5 – Mapas dos Pontos de Interesse histórico e cultural do quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis/RJ



Fonte: IBGE.

- **Campinho da Independência (Paraty)**

O Quilombo do Campinho da Independência, localizado no município de Paraty, às margens da Rodovia Rio-Santos (BR-101), foi formado a partir das terras da antiga Fazenda Independência, o território foi consolidado por descendentes de Antônia, Marcelina e Luíza, mulheres negras libertas que receberam a posse da área no período pós-abolição, dando origem à comunidade.

Atualmente, a comunidade desenvolve um processo consolidado de autogestão e sustentabilidade econômica, tendo no Turismo de Base Comunitária um de seus principais eixos. O roteiro inclui contação de histórias com os griôs, vivências agroflorestais, oficinas de jongo e de cestaria, além de visita ao restaurante comunitário e à casa de artesanato. A produção artesanal, especialmente em fibras como taboa, taquara e cipó, integra geração de renda e valorização cultural. A gastronomia quilombola também se destaca, articulando saberes tradicionais e produtos do território.

Cortado pelo rio Carapitanga e inserido em área de grande relevância ambiental, o território mantém expressiva cobertura de Mata Atlântica e práticas agroecológicas, conciliando preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o Quilombo do Campinho da Independência consolida-se como referência regional em organização comunitária, valorização cultural e gestão autônoma do território.

Reconhecida por ser a primeira comunidade quilombola do estado a conquistar a titulação coletiva de suas terras, concedida pelo INCRA em 1999, o Campinho tornou-se referência nacional na luta pela garantia de direitos territoriais, com base no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Essa conquista fortaleceu um modelo de governança coletiva estruturado a partir da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOC), que coordena decisões comunitárias, projetos e parcerias institucionais.

- **Quilombo do Cabral (Paraty)**

A história do Quilombo do Cabral, localizado em Paraty, evidencia uma trajetória marcada por resistência histórica e organização comunitária. Sua origem remonta ao século XIX, quando ocorreu a “doação” de terras a ex-escravizados, prática comum naquele período com o objetivo de manter libertos próximos às antigas fazendas.

Durante boa parte do século XX, a comunidade permaneceu relativamente isolada, situação que se modificou em 1970 com a inauguração da Rodovia Rio-Santos (BR-101), fato que rompeu o isolamento, mas também intensificou conflitos fundiários e pressões sobre o território. Em 1999 teve início o processo formal de reconhecimento, com o primeiro contato do antropólogo responsável pelo relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) do INCRA. Em 2001 foi criada a associação de moradores, fortalecendo a organização interna. Em 2008 ocorreu a finalização do relatório antropológico e a certificação pela Fundação Cultural Palmares. Nos anos seguintes, foram publicados no Diário Oficial o edital do RTID (2010), o memorial descritivo com a delimitação cartográfica (2014) e o decreto de interesse social para fins de desapropriação (2015). Em 2023, contudo, o processo de titulação ainda se encontrava paralisado.

Situada em uma área de transição urbano-rural, a comunidade enfrenta desafios relacionados à expansão da cidade e à necessidade de consolidação definitiva de seus limites territoriais. O Etnoatlas evidencia a importância dos quintais produtivos como espaços de segurança alimentar, transmissão de saberes e fortalecimento da identidade quilombola. Destaca também a manutenção de laços de parentesco e articulação com comunidades vizinhas, especialmente o Quilombo do Campinho da Independência, revelando a existência de uma rede de solidariedade quilombola no município.

- **Ilha da Marambaia (Mangaratiba)**

O Quilombo da Ilha da Marambaia, localizado em Mangaratiba, possui uma trajetória marcada por disputas territoriais e pela presença histórica da Marinha do Brasil. Após a Abolição, famílias negras permaneceram na ilha, mas ao longo do século XX o território passou ao controle da União e foi utilizado para fins militares e educacionais, consolidando restrições à permanência da comunidade.

A partir da década de 1980 intensificaram-se conflitos, com interdições, ameaças de despejo e demolições. Em resposta, a comunidade organizou-se politicamente, elaborou laudo antropológico, criou a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Marambaia (ARQUIMAR) em 2003 e buscou reconhecimento junto ao INCRA. Embora parte do território tenha sido titulada em 2018, a área reconhecida corresponde a apenas 52 hectares.

Marcada pelo isolamento geográfico e pelo conflito com a presença militar, a comunidade construiu forte identidade vinculada à pesca artesanal e à coleta de subsistência. O mapeamento realizado evidencia a relação intrínseca dos moradores com o ecossistema costeiro e a resistência contínua para permanecer no território ancestral diante das restrições de uso impostas ao longo do tempo.

- **Santa Justina e Santa Izabel (Mangaratiba)**

A comunidade quilombola Santa Justina e Santa Izabel, localizada no município de Mangaratiba (RJ), tem sua origem vinculada à antiga Fazenda Cachoeirinha, posteriormente denominada Fazenda Santa Justina. Sua formação remonta às dinâmicas do pós-abolição, quando descendentes de pessoas escravizadas permaneceram no território, inicialmente trabalhando em regime de meia no cultivo da banana. Ao longo do século XX, com o declínio da atividade bananeira e mudanças na estrutura fundiária, consolidou-se a permanência dessas famílias no local.

Nos anos 2000, a área passou por disputas fundiárias com empresas privadas, resultando em restrições de acesso e conflitos judiciais. Em 2012 foi criada a Associação dos Quilombolas de Santa Justina e Santa Izabel, consolidando a organização comunitária. A partir de 2016, teve início o processo administrativo de titulação junto ao INCRA-RJ, culminando na publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em 2021.

3.2 Atividades Pedagógicas

No âmbito pedagógico, buscou-se por meio do Etnoatlas, promover atividades em sala de aula em uma escola quilombola da região. Também realizou-se uma aula passeio composta por visita à comunidade (Figura 6) e ao quintal-escola da quilombola Neide de Azevedo, localizado no bairro do Bracuí, no município de Angra dos Reis (RJ). Essa visita teve como objetivo proporcionar aos alunos do 6º ano da Escola Municipal Quilombola Áurea Pires da Gama, situada no território quilombola de Santa Rita do Bracuí, o contato direto com a história e com os saberes do quilombo, a partir da experiência vivida pela comunidade.

Durante a atividade, os estudantes puderam conhecer aspectos da formação histórica da comunidade, suas práticas de cultivo agroecológico, a organização do quintal produtivo e a importância da preservação do território frente às transformações socioambientais. A aula passeio também possibilitou a compreensão do quintal como espaço de resistência, memória e soberania alimentar, articulando teoria e prática em um processo de ensino contextualizado.

Além disso, a experiência contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos ao território quilombola, valorizando os saberes ancestrais e reconhecendo a importância das lideranças comunitárias na transmissão de conhecimentos. Dessa forma, a ação integrou educação, cartografia social e vivência territorial, reafirmando o papel do Etnoatlas como instrumento de fortalecimento identitário.

Figura 6 – Aula passeio realizada com alunos da Escola Municipal e Quilombola Aurea Pires da Gama com alunos do 6 ano – Na foto, um dos Pontos de interesse histórico-cultural da comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí – o Ponto de Troca



Fonte: Autores.

Dentre os principais resultados e dimensões de impacto do processo de construção do Etnoatlas (Figura 7) e sua divulgação, destaca-se sua consolidação como agente de justiça social e transformação educacional. No centro dessa construção, quatro eixos fundamentais: O primeiro é o protagonismo comunitário, evidenciando o fortalecimento da identidade quilombola e da gestão territorial, reconhecendo a comunidade como sujeito ativo na produção de conhecimento e na condução de seu próprio desenvolvimento. O segundo eixo enfatiza o papel da Universidade, apresentada como agente promotora de justiça social e equidade, rompendo com uma lógica tradicionalmente verticalizada e assumindo uma postura de parceria, escuta e compromisso social. A inspiração pessoal aparece como dimensão formativa e humana do projeto, ao valorizar aprendizados construídos a partir da trajetória de lideranças locais, como Dona Marilda do quilombo Santa Rita do Bracuí que recentemente recebeu o título de Mestre por seu notório saber concedido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), reforçando a centralidade das territorialidades e da liderança comunitária.

Figura 7 – Capa do Etnoatlas das Comunidades Quilombolas da Costa Verde/RJ



Fonte: Etnoatlas.

Por fim, o ensino contextualizado evidencia a valorização dos saberes locais e o compromisso com uma educação antirracista, conectada às realidades vividas e às histórias silenciadas. Desta forma, o fortalecimento da articulação entre comunidade, universidade e educação, no qual conhecimento, identidade e território se entrelaçam como fundamentos para a transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Etnoatlas Geográfico Participativo das comunidades quilombolas da Costa Verde (RJ) demonstra que a cartografia, quando apropriada socialmente, deixa de ser apenas uma ferramenta técnica de controle para se tornar um potente instrumento de resistência, memória e afirmação identitária. Através da metodologia de pesquisa-ação e da cartografia social, o projeto rompe com visões reducionistas e históricas que limitavam o conceito de quilombo ao passado ou à mera fuga, reposicionando essas comunidades como sujeitos políticos e protagonistas de seus territórios, ricos em história e cultura.

Destaca-se que o material gerado contribui diretamente para a capacidade das comunidades em gerir e defender seus territórios frente a pressões externas, como a especulação imobiliária e grandes obras de infraestrutura. Ao sistematizar dados

georreferenciados e narrativas locais, o Etnoatlas serve como um documento político essencial para reivindicar direitos e fundamentar a busca por políticas públicas mais eficazes e inclusivas para as comunidades da região bem como para as demais comunidades certificadas no Estado, muitas ‘ainda aguardam a delimitação e titulação oficial.

Além disso, o uso do Etnoatlas em ambientes escolares e institucionais, exemplificado pela vivência no quintal-escola de Neide de Azevedo, promove uma educação contextualizada que valoriza os saberes ancestrais e fortalece o sentimento de pertencimento das novas gerações quilombolas. A construção coletiva uniu o rigor técnico da geoinformação por meio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) com a riqueza da etnocartografia, resultando em um inventário de dados e pontos de significado afetivo e histórico que os mapas oficiais tradicionalmente ignoram.

Em suma, o Etnoatlas consolida-se como um recurso estratégico que transforma o mapeamento em um ato de justiça social, assegurando que a geografia dos quilombos seja reconhecida como parte indissociável e vital do patrimônio territorial e cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **Cartografia e Quilombos: Territórios Étnicos Africanos no Brasil.** AFRICANA STUDIA, Nº 9, 2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) pp 337-355. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/download/7286/6676/23971>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SCHMITT, A., MANZOLI TURATTI, M. C., CARVALHO, M. C.. **A Atualização Do Conceito De Quilombo: Identidade E Território Nas Definições Teóricas.** Ambiente & Sociedade . 2002, V(10), 1-8[Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713416008>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SILVA, A.E.F.; CARNEIRO, L.O. Reflexões sobre o Processo de Ressemantização do Conceito de Quilombo - **Revista de Geografia – PPGeo - UFJF.** Juiz de Fora, v.6, n.3, p.293-304, 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, às comunidades quilombolas da Costa Verde/RJ. Também agradecemos à quilombola Neide de Azevedo, pela acolhida no seu quintal-

escola e pela valiosa transmissão de conhecimentos ancestrais com os alunos da escola quilombola do Bracuí. À Escola Municipal Áurea Pires da Gama, aos seus professores e alunos, pela participação ativa e pelo compromisso com a valorização da identidade quilombola. Aos órgãos de fomento que viabilizaram a realização desta pesquisa: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Universidade Federal Fluminense (UFF).

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.